

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Antonio Cruz/Agência Brasil

Exército: erros individuais, não da instituição

O Exército na reta final da Comissão Mista

As áreas jurídicas do Exército acompanham de perto a reta final dos Atos Golpistas. Não para dar algum tipo de assistência aos militares que se enrolaram nos lamentáveis atos de 8 de janeiro e em outros que dão a roupagem de que determinados indivíduos do governo anterior, das Forças Armadas e da sociedade tramavam dar um golpe de Estado. Acompa-

nam justamente porque a grande preocupação do Exército é deixar clara uma separação da conduta da instituição da eventual conduta de algum general, coronel, tenente ou seja de qual patente for. De acordo com um militar com trânsito na cúpula do Exército, desde o início ficou claro a cada militar envolvido que ele contratasse seus próprios advogados particulares.

Mensagem

Para esse militar, um trecho da troca de mensagens entre o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de Ordens de Bolsonaro, e o coronel Jean Lawand Junior dá a chave de como àquela altura era a possibilidade de o Exército aderir a um golpe.

Não confia

Lawand sugere a Mauro Cid que Bolsonaro deveria dar uma ordem ao Exército. E Mauro Cid responde que Bolsonaro, naquele momento, “não confia” no Alto Comando. Essa conversa, acredita o militar, foi posterior à reunião na qual Bolsonaro sondou os comandantes.



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Freire Gomes já sabia a posição do Alto Comando

Comandante do Exército falava pelo Alto Comando

Na sua delação, Mauro Cid afirma que Bolsonaro teria feito uma reunião com os comandantes das Forças Armadas, na qual teria levado a minuta sobre a possibilidade de decretação de um Estado de Defesa. Bolsonaro sondou os comandantes sobre a possibilidade de apoio à decretação, e só obteve aval do comandante da

Marinha, almirante Almir Garnier. Segundo esse militar, ao negar o apoio à ideia, o comandante do Exército, general Freire Gomes, já não falava somente por ele. Falava em nome de todo o Alto Comando da força. É por isso que Mauro Cid, então, responde a Lawand que Bolsonaro “não confia” no Alto Comando.

Voz de prisão

Esse militar, porém, acha fantasiosa a história de que nessa reunião Freire Gomes teria ameaçado dar “voz de prisão” a Bolsonaro caso ele insistisse na ideia. “Bolsonaro era o chefe das Forças Armadas, e os militares têm um alto sentimento de hierarquia”, considera ele.

Instituição

Assim, institucionalmente, a aventura não obteve apoio. Mas obteve, sim, diversos apoios individuais de alguns que acreditavam que aquilo poderia dar certo. Como são militares e usam farda, e respondem pelo que fizeram, não deixam de constanger a instituição.

Brecha

Aparentemente, ao fazer a reunião, Bolsonaro procurava, na visão desse militar, uma “brecha” qualquer que viesse a justificar a tal decretação do Estado de Defesa. Ouviu juristas, não obteve resposta. Ouviu os comandantes militares, não as obteve também.

Ordens

“O advogado de Mauro Cid está errado. Não é toda ordem que tem que ser cumprida”, diz esse militar. Ainda que pudesse ser difícil para ele se negar a fazer, quando fraudou certificado de vacina ou quando saiu por aí vendendo relógios, Cid extrapolou.

Semana será cheia de decisões em Brasília

Chega ao fim a CPMI do 8/01. TSE julga ex-presidente Bolsonaro

Lula Marques/Agência Brasil

Por Ana Paula Marques

A semana na arena política brasileira será cheia, no Congresso Nacional, a CPMI dos Ataques Golpistas de 8 de janeiro chega em sua reta final. Na terça-feira (17), a relatora do colegiado, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), apresenta o texto oficial sobre os trabalhos realizados durante os cinco meses de apuração e investigação dos parlamentares, parecer que será votado já na quarta-feira (18).

Eliziane evita adiantar quais nomes apontará como culpados pelas invasões e depredações das sedes dos três Poderes, mas já vem adiantando a possibilidade de que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja indiciado por supostamente ter incitado os atos com suas seguidas contestações ao sistema eletrônico de votação e ao resultado das eleições. Além do texto oficial da senadora, deve ser apresentado ainda um relatório paralelo, do deputado bolsonarista Alexandre Ramagem (PL-RJ) que tenta emplacar a narrativa da oposição. Pode haver ainda um terceiro relatório paralelo, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

Apesar de ter sido destaque no noticiário brasileiro durante sua fase de depoimentos, a CPMI chega ao fim sem ouvir os principais alvos, tanto da base do governo quanto da oposição. Nomes como o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, ou seu candidato a vice e ex-ministro da Casa Civil general Braga Netto, além da reconvocação do tenente-coronel Mauro Cid, que tinham possível envolvimento nos atos antidemocráticos, não foram ouvidos e acabaram por frustrar a base governista.

Já a oposição tentava emplacar o depoimento do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e de nomes da Força Nacional na tentativa de desgastar o governo. A alegação



CPMI dos Atos poderá ter três relatórios: um oficial e dois paralelos

era de que a Força Nacional, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), teria alertado a pasta sobre os ataques dos prédios dos três poderes, narrativa negada por Dino em março, quando esteve na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Tributária

Outro tema que deve ocupar a semana dos parlamentares é o da reforma tributária, que teve seu parecer adiado novamente pelo relator do texto, senador Eduardo Braga (MDB-AM). A proposta de emenda constitucional chegou ao Senado Federal em agosto e deveria ser apresentada nessa quarta-feira (18), porém, seu cronograma foi novamente alterado e o relatório só deve ser lido na próxima semana, dia 27.

Segundo o relator, o cronograma foi alterado por terem sido apresentadas até o momento 388 emendas de texto. “Não há como tratar de um assunto tão delicado, com tantas sugestões de alteração, sem fazer mudanças nas datas”, disse Braga após reunião com os presidentes da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre

(União Brasil-AP) na última terça-feira (10).

Braga anunciou que seu parecer será votada na CCJ em 7 de novembro, e deve estar pronto para votação no plenário entre os dias 8 e 9. A PEC 45/2019 unifica a legislação tributária, busca diminuir os impostos sobre o consumo, prevê a criação de fundos para o desenvolvimento regional e para bancar créditos do ICMS até o ano de 2032.

Os parlamentares têm prazo apertado para aprovar o texto, já que além da reforma tributária, os congressistas têm o Orçamento de 2024 para votar antes do recesso parlamentar.

No TSE

Deve ser concluído, também nessa terça o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que começou na semana passada. O TSE irá julgar três ações de investigação judicial eleitoral (Aijes) contra Bolsonaro e seu então candidato a vice-presidente, general Walter Braga Neto, que ocorreram nas eleições do ano passado.

Existe a tendência que o ex-presidente seja condenado por fazer lives no Palácio da Alvorada se apresentando como candidato à reeleição. Ele também

é acusado de ter convocado coletiva de imprensa no Alvorada, onde governadores apresentaram seu apoio à reeleição. Esses casos devem servir de regra para as próximas eleições e para o uso de lives, dando à condenação um possível caráter pedagógico.

A previsão para o julgamento é, porém, controversa. O uso das dependências do governo em campanhas já foi julgada em outras ocasiões, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus outros governos e com Dilma Rousseff. E, nas ocasiões, ambos foram absolvidos. Os casos deverão ser mencionados pelos ministros. Se não houver agora absolvição a Bolsonaro, eles terão de diferenciar as situações. Além da inelegibilidade, a condenação também poderá se dar por multa.

Bolsonaro já foi condenado pela Corte e está inelegível por oito anos, como consequência da reunião que fez com embaixadores para contestar as urnas eletrônica. Se for condenado novamente, a pena não se somará. Ou seja, ainda que seja novamente considerado inelegível, o prazo de inelegibilidade permanece o mesmo, ele não ficará mais oito anos sem poder se candidatar.

Ricardo Stuckert/ PR



País segue dividido, mas Lula vence reeleição

Em um Brasil dividido, Lula vence reeleição

Por Rudolfo Lago

Um ano depois das eleições presidenciais de 2022, o país segue dividido. Metade aprova o atual governo, e a outra metade o rejeita. Do ponto de vista eleitoral, porém, esse cenário favorece a reeleição do presidente Lula. Inácio Lula da Silva. É o que mostra pesquisa eleitoral divulgada pelo Instituto Paraná Pesquisas. Se as eleições presidenciais fossem hoje, Lula seria reeleito.

Apesar dos cenários de favoritismo de Lula, a percepção da população demonstrada pela pesquisa aponta para um país dividido. Nesse caso, a vantagem quanto ao governo Lula é pequena. A atual administração do país é aprovada, de acordo com o Paraná Pesquisas, por 51,6% dos brasileiros. E desaprovada por 43,7%. Um percentual de 4,7% não opinou.

Nesse cenário, a expectativa da maioria quanto aos próximos dias de governo parece mais neutra. Um percentual de 38,2% tem a expectativa de que tudo permanecerá “igual” nos

próximos dias. Para 31,3%, o cenário ficará “pior”. E 28,4% consideram que irá melhorar.

Cenário igual acontece com relação à percepção quanto à economia. Para 41%, a situação econômica “ficou como estava”. Melhorou na avaliação de 30,5%. E piorou segundo 27%.

Eleições

Apesar de a percepção sobre o governo mostrar-se assim dividida, Lula é, hoje, o favorito para se reeleger presidente em 2026. A pesquisa espontânea mostra, porém, um percentual bem alto de pessoas sem se posicionar. No cenário espontâneo, no qual não é apresentada ao entrevistado uma lista de candidatos, mais da metade disse não saber ou não quis opinar. Essa foi a posição de 51,2%. Que se somam a 8,7% que declararam voto nulo. Somente depois é que Lula aparece à frente entre aqueles que escolheram um candidato.

Lula (PT) aparece, então, com 22,1% no cenário espontâneo. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que não poderá disputar a eleição

porque está inelegível conforme decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é o segundo, com 14,3%. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem 1,3%. São mencionados ainda, com percentuais abaixo de 1%, Ciro Gomes (PDT), Michelle Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo), Simone Tebet (MDB), Eduardo Leite (PSDB), Ratinho Júnior (PSD), Sergio Moro (União) e Teresa Cristina (União).

No primeiro cenário estimado, com a apresentação do nome dos candidatos,, Lula tem 36,6% contra Tarcísio de Freitas, com 12,7%. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, vem em seguida com 7,4%. O senador Serio Moro tem 6,7”. Ciro Gomes, 6,3%. O governador de Minas, Romeu Zema, 5,7%. O governador do Paraná, Ratinho Júnior, 4,8%. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo

Leite, 2,1%. E a senadora Teresa Cristina, 1,2%.

No segundo cenário, com menos candidatos, Lula tem 37,6%. Tarcísio, 18,9%. Simone, 9%. Ciro Gomes, 8,7%. E Eduardo Leite, 3,7%.

Os cenários seguintes testam outros nomes da direita, sem Tarcísio. Lula aparece com 37,6%. Contra Romeu Zema, com 15,3%. Ciro tem 8,8%. O mesmo percentual de Simone Tebet. E Leite tem 4%.

Tendo como adversário à direita Ratinho Júnior, Lula aparece com 37,7%. Ratinho Júnior tem 12,8%. Ciro Gomes, 9,2%. Simone, 8,7%. E Leite, 4,1%.

O Paraná Pesquisas ouviu 2020 eleitores nos 26 estados e no Distrito Federal entre os dias 29 de setembro e 3 de outubro. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais e o índice de confiança é de 95%.